



A PRESENÇA DE GRAMSCI NO PENSAMENTO POLÍTICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1967-1983)

Leonardo Octavio Belinelli de Brito¹

Resumo

O artigo analisa as maneiras como as quais algumas categorias formuladas pelo marxista italiano Antonio Gramsci aparecem em dois momentos da reflexão teórico-política de Fernando Henrique Cardoso: aquele dedicado à compreensão das causas e consequências do regime militar oriundo do golpe de 1964 e o voltado para analisar os papéis dos partidos políticos e da democracia liberal no bojo do processo de redemocratização do país.

Palavras-Chave: pensamento político brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Gramsci, Hegemonia, partidos políticos brasileiros.

Abstract

The article analyzes the ways in which some categories formulated by the Italian Marxist Antonio Gramsci appear in two moments of Fernando Henrique Cardoso's theoretical-political reflection: the one dedicated to understanding the causes and consequences of the military regime arising from the 1964 coup and the one aimed at analyze the roles of political parties and liberal democracy in the progress of the country's redemocratization process.

Keywords: brazilian Political Thought, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Gramsci, Hegemony, Brazilian Political Parties.

¹ Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: belinelli.leonardo@gmail.com

Introdução: a relação entre teoria prática em Fernando Henrique Cardoso

É costumeiro destacar como traço essencial da figura pública de Fernando Henrique Cardoso a relação que estabelece entre teoria e prática (cf. LAHUERTA, 2001; GARCIA JR., 2004; LAFER, 2009; RODRIGUES, 2009; SANTAELLA GONÇALVES, 2018; BRITO, 2019). Nem podia ser diferente, pois nela se conjugam uma trajetória acadêmica destacada e êxito político, um fenômeno raro. A bibliografia interpreta tal combinação de diversos modos. Há quem, como Garcia Jr. (2004), procure interpretá-la a partir da teoria das trocas simbólicas de Pierre Bourdieu; por outro lado, a tendência majoritária – entre as quais, destaca-se os trabalhos de Lahuerta (2001), Santaella Gonçalves (2018) e Brito (2019) - procura, ainda que com ênfases variadas, destacar o seu vínculo, e o de sua geração, com o marxismo, especialmente durante os anos 1950 e 1960, e a entrada na vida política a partir de 1970.

No que se refere aos diálogos teóricos de Cardoso, a bibliografia (cf. RODRIGUES, 2011; LIMA, 2015; SANTAELLA GONÇALVES, 2018; BRITO, 2019), teoricamente muito diversa, tem destacado a importância da sua experiência como leitor de Marx no bojo daquele grupo de estudos, hoje célebre, conhecido como Seminário d'O Capital (1958-1964). O grupo reunia jovens professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e tinha como objetivo firmar a dialética marxista como o mais sofisticado método sociológico disponível (SCHWARZ, 1999). De maneira muito sintética, a originalidade dos seminaristas uspianos esteve no aprofundamento da hipótese lançada por Caio Prado Jr., segundo a qual a compreensão do processo de formação histórica do país só pode ser levado adiante se o conectarmos ao processo global de reprodução do capitalismo, uma vez que foi no curso de sua expansão pelo mundo, ainda nos séculos XV e XVI, que o território que viria a constituir o país seria colonizado. No desenvolvimento dessa intuição, os uspianos leram, além de *O capital*, *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, e *Questão de método*, de Jean Paul Sartre. Este artigo pretende se somar às reflexões sobre as raízes teóricas do pensamento de Cardoso ao frisar seus diálogos com o pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci, embora a obra do comunista sardo não tenha sido objeto de leitura do grupo de estudos uspiano.

Para introduzirmos a questão, vale recordar como Carlos Nelson Coutinho caracteriza as leituras, feitas também em São Paulo no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, sobre a obra de Gramsci:

[...] o Gramsci nelas [referências] presente não é o agudo teórico do Estado “ampliado” e da revolução socialista no “Ocidente”, nem mesmo o pesquisador de formas “não-clássicas” de transição para a modernidade capitalista (pesquisa expressa no conceito de “revolução passiva”), mas sim o “filósofo da práxis”, o propositor de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da vulgata soviética que até então nos fora imposta. Não é, assim, por acaso que, nessa sua primeira incursão brasileira, Gramsci aparece quase sempre ao lado de Lukács e do Sartre de *Critique de la raison dialectique*: os três apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha cultural certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura (COUTINHO, 2007, p. 154-155).

Nesse trecho, Carlos Nelson Coutinho alude à interpretação de Gramsci feita por intelectuais como Antonio Candido, Michael Lowy e Otto Maria Carpeaux. Como demonstrou Lincoln Secco (2012, p. 25 e ss), esses intelectuais interpretavam Gramsci como um representante de um marxismo não-dogmático aberto às questões da cultura. O caso de Cardoso, no entanto, restou alheio às análises de Coutinho e Secco, embora ele também fosse um leitor de Lukács, Sartre e Gramsci na busca por um “marxismo humanista e historicista”. É lícito indagar: por qual razão? Uma hipótese explicativa a ser aventada seria a interpretação de que tais referências não são importantes, pois inorgânicas às formulações mais profundas ou às ações políticas de Cardoso. Deve-se reconhecer a plausibilidade dessa hipótese, mas ela não exclui o interesse da investigação. Em verdade, ela só poderia ser confirmada caso a investigação seja feita. Ademais, mesmo que cheguemos à conclusão de que se tratou de uma influência marginal, uma reflexão sobre o assunto seria uma contribuição para as investigações a respeito da recepção e dos usos de Gramsci no Brasil.

Um primeiro esforço de mapeamento das referências a Gramsci nos escritos de Cardoso foi feito por Alvaro Bianchi (2007). O que se segue é uma tentativa de aprofundar esse mapeamento e fornecer uma interpretação sobre a forma *tensa* como a qual Cardoso interpreta o legado de Antonio Gramsci. Por essa razão, vamos adotar como critério a análise de textos em que existam referências, diretas ou indiretas, ao aparato conceitual gramsciano. Procuraremos interpretar os seus sentidos partindo da identificação analítica de dois momentos da trajetória intelectual e política do autor. O primeiro se refere ao momento em que discutia as razões do golpe de 1964 e as características do regime criado por ele (1967-1975). Por sua vez, o segundo diz respeito

aos debates sobre as formas partidárias mais adequadas para a esquerda no bojo do processo de redemocratização do país (1975-1983). Por certo, não se pretende que tal periodização seja suficiente para compreender a trajetória intelectual e política de Cardoso como um todo. Ela se deve apenas ao problema expositivo de que trataremos.

Buscaremos ressaltar a interpretação que Cardoso faz do legado de Gramsci, o que é resultado das situações nas quais está imerso. Ora, seu elemento significativo reside no fato de que, apesar de ressaltar as diferenças das situações contemporâneas em relação às vividas por Gramsci, Cardoso não se furta a utilizar categorias formuladas por este, embora muitas vezes em sentido alterado. Esse procedimento, ao mesmo tempo retórico e analítico, nos leva a pensar que, apesar das mudanças do mundo contemporâneo terem supostamente “envelhecido” algumas das teses de Gramsci, haveria algo atual – perene? - em seu pensamento. Em outras palavras, o Gramsci que emerge no diálogo com Cardoso possui complexidade própria. Desta teia intrincada de relações, surge outra questão: a relação de (in) fidelidade do autor para com o pensamento do clássico marxista. Trata-se, assim, de perceber um movimento duplo e simultâneo: pensar Gramsci à luz dos problemas contemporâneos e pensá-los a partir de Gramsci.

Da reconfiguração da hegemonia nos anos 1960 ao Estado-príncipe (1967-1975)

Em 1961, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso lideraram a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), então vinculado à Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Conjugando objetivos teóricos e políticos, a criação do CESIT manifestava o desejo de seus participantes de compreender o processo de modernização do país e debatê-los publicamente (cf. ROMÃO, 2006, p. 94), o que se explica, ao menos parcialmente, pela radicalização política do país naquele momento (cf. LAHUERTA, 2008, p. 341). O principal projeto do CESIT, *Economia e sociedade no Brasil*, era articulado em quatro temas de pesquisa: a mentalidade do empresário industrial brasileiro, o papel do Estado no desenvolvimento do país, a formação da força de trabalho local e os elementos residuais retardadores da mudança social (cf. FERNANDES, 1963, p. 304). Coube a Fernando Henrique Cardoso desdobrar o primeiro dos temas, tarefa que resultou em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, sua tese de livre-docência escrita em 1963. Em boa medida, argumentos apresentados nela serão

ampliados no livro que o tornou célebre, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito em parceria com Enzo Faletto entre 1965-6, mas só publicado em 1969.

Em ambos os livros, Cardoso polemizava com as teses dos teóricos nacional-desenvolvimentistas, gama de intelectuais que abarcava os economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), os estudiosos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Correndo o risco de simplificar por demasiado os argumentos deste conjunto de intelectuais e de perder de vista as suas diferenças, pode-se indicar que a sustentação que davam ao nacional-desenvolvimentismo era devida à crença de que a política brasileira seria dividida em dois grandes grupos sócio-políticos: os setores modernos e os setores “atrasados”. Aos primeiros, corresponderiam a classe operária urbana e a burguesia industrial; já os segundos seriam compostos pelas oligarquias locais e pelos setores financeiros internacionais, ambos supostamente interessados na manutenção do subdesenvolvimento nacional. Diante dessa contraposição de interesses, os setores modernos deveriam se aliar para derrotar o “atraso” e o “imperialismo”, tendo como mote a independência dos centros de decisões da economia brasileira e a instauração de uma ordem social burguesa.

Fernando Henrique Cardoso contrariará esta tese ao argumentar que a burguesia industrial brasileira era carente de uma “vocação progressista” em razão de se encontrar diante das pressões dos capitais internacionais presentes em setores chaves da economia nacional e dos setores estatais e populares. Nessa condição, esta burguesia se sentiria fragilizada, motivo pelo qual, ao invés de liderar, preferiria compor um sistema de alianças. E mais: não seria correto inferir que seu posicionamento, dentro desta aliança, seria favorável a um regime econômico industrializador com (re)distribuição de riqueza, embora isso tivesse ocorrido durante o segundo governo de Getúlio Vargas, situação específica equivocadamente generalizada pelos nacionais-desenvolvimentistas.

É no decurso dessa argumentação que aparece a primeira menção de Cardoso ao pensamento de Gramsci. Ela se encontra no título do texto *Hegemonia burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira*, publicado na edição da *Les Temps Modernes* dedicada ao Brasil, que veio à luz em outubro de 1967.

Nesse texto, Cardoso observa que toda aliança carrega uma tensão, uma vez que, embora unidos, os coligados têm objetivos diferentes a longo prazo. Trata-se, portanto, de uma situação frágil, que pode ser abalada caso situação mude. Teria sido isso que ocorreu durante o governo Juscelino Kubitschek, período em que a coligação

desenvolvimentista teria perdido suas orientações nacionalistas e redistributivistas em favor do fortalecimento do processo de acumulação de capital sem redistribuição de renda (cf. CARDOSO, 1969 [1967], p. 181). Esse novo processo acelerou a diferenciação dos mais variados estratos das classes sociais, motivo pelo qual o sistema de alianças vigente anteriormente se tornou impossível.

Tomando-se em consideração apenas as classes produtoras, torna-se claro que o campo de alianças da frente desenvolvimentista se fragmentou e que o *problema da hegemonia* deste sistema de forças nas novas condições, assim como o de seus novos componentes, não encontra resposta adequada no termos em que é normalmente colocado quando se pergunta pelas possibilidades políticas da “burguesia nacional” e por sua capacidade de definir os “próprios interesses” (*idem*, p. 182, grifo nosso).

Salvo engano, é nesta passagem que Cardoso utiliza pela primeira vez o conceito gramsciano de hegemonia. Seu intuito era destacar a centralidade da luta pela hegemonia no processo, então em curso, de rearticulação das classes sociais. No que se refere especificamente à burguesia industrial, o autor se volta contra a ideia, propagada entre os setores nacionalistas, de que ela não percebia seus “verdadeiros interesses”. Na verdade, ocorreria o contrário, pois “viu-se claramente que importantes setores industriais-financeiros articularam o golpe e se *propuseram à busca por uma posição hegemônica.*” (*idem*, p. 183, grifo nosso). A desestabilização da aliança promovida no período anterior teria sido causada, por um lado, pelo já mencionado processo de diferenciação das classes sociais e, por outro, pela reformulação da relação entre coerção e consenso naquele período. No caso da coerção, a ascensão das demandas das classes populares rurais, excluídas dos direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), teria alterado a correlação de forças e, também, de projetos políticos. Em outras palavras, uma das condições do consenso da aliança nacional-desenvolvimentista era a exclusão – uma forma de coerção – da população rural. Quando esse elemento passou a ser questionado, ruíram as condições políticas que sustentavam a aliança. O resultado foi a mudança de lado da burguesia nacional, que encampou o regime ditatorial de 1964 sem a garantia de que dirigiria o novo processo político que então começava.

Com ele, abria-se uma nova situação política. Um de seus efeitos seria o fato de que a “*hegemonia* burguesa, em termos *nacionais*, terá passado para o museu das ideologias, e com ela a ideia de economia independente. No segundo caso, quiçá se alcance o desenvolvimento nacional, mas a burguesia como força político-social, pertencerá à história do desenvolvimento social” (CARDOSO, 1969 [1967], p. 185, grifos nossos). Isso porque o Brasil, desde o governo Juscelino Kubitschek, entrava na era do que

Cardoso e Faletto chamaram de “internacionalização do mercado interno”. O conceito de hegemonia será utilizado com o mesmo sentido em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (cf. CARDOSO, 1978a [1969]), sua tese de cátedra, na qual se afirmará que os empresários industriais brasileiros e argentinos eram carentes de “vocação hegemônica” (*idem*, p. 198).

A problemática da hegemonia, além de central na obra gramsciana, é tema de controvérsias sobre as quais não temos condi es de nos deter. Interessa-nos destacar, para o que se segue, que se trata de uma ideia que, por um lado, condensa algumas das principais no es da teoria política - como as de coer o, liderança e legitimidade – e, por outro lado, constitui um problema próprio da prática política. Numa formula o esquemática, poder-se-ia dizer que hegemonia é a capacidade que um ator político (que pode ser coletivo, como uma classe) tem de dar a dire o política e moral da sociedade (cf. GRAMSCI, 1999, p. 13), o que são   possível a partir do reconhecimento de sua legitimidade – o que envolve a esfera cultural, por exemplo - e do uso, de sua parte, da coer o; enfim, a conjuga o entre “força e consenso” (GRAMSCI, 1999, p. 30). Assim, ao enfatizar as questões envolvidas nesse processo, o conceito de hegemonia é especialmente rico porque internaliza, em plano teórico-analítico, problemas da prática política, constituindo-se, ao mesmo tempo, como ferramenta heurística e como problemática própria.

O prisma oferecido pelo conceito de hegemonia aparecerá também nas discussões de Cardoso a respeito da natureza do Estado criado pelo regime militar iniciado em 1964. Em artigo publicado originalmente na revista *Dados* em 1974, talvez encontremos o uso mais sistemático por parte de Cardoso das categorias gramscianas (cf. CARDOSO, 1975 [1974]). Como observa Juan Carlos Portantiero, tratava-se de um momento em que as teorias da dependência começavam a dar lugar a propostas “politicistas”, muitas das quais utilizavam “modelos conservadores como o de Huntington e categorias do marxismo para explicar a emergência dos modernos autoritarismos” (cf. PORTANTIERO, 1991, p. 350). Esse é o caso da elabora o teórica de Fernando Henrique Cardoso no período.

O sentido dessas teses contrastava com aquelas esposadas pelos militantes e teóricos mais radicais, muitos dos quais inspirados pelo guevarismo, pelo mao simo e pelas influências teóricas e políticas de Louis Althusser e Herbert Marcuse (cf. PORTANTIERO, 1991; COUTINHO, 2007). A força da crítica às teses nacionalistas, desenvolvimentistas e soviético-comunistas acabou criando uma imagem de que a crise pela qual passava a América Latina do período era sintoma não do esgotamento de uma

forma de acumulação, mas do próprio capitalismo. Desse prisma, a radicalização ideológica do subcontinente seria seu sintoma. Daí o paralelo que se fazia entre a ascensão dos governos autoritários latino-americanos e os governos nazifascistas europeus das décadas de 1920 e 1930. Toda uma linha de reflexões da sociologia e da ciência política latino-americanas surgiu em diálogo crítico com tais teses. Talvez o mais influente dos autores vinculados ao que ficou conhecido como Estado Burocrático-Autoritário tenha sido Guillermo O'Donnell, autor de *Modernización y autoritarismo*, bastante influenciado por Cardoso e Faletto (cf. RICUPERO, 2014).

Seguindo essa trilha argumentativa, no mencionado artigo de 1974, Cardoso argumentava que o Estado oriundo do golpe de 1964 era “autoritário”, mas não “fascista” ou “totalitário”. Em boa medida, essa caracterização está ligada ao modo pelo qual essa modalidade de aparelho estatal buscava se legitimar naquele período. É tendo em vista essa questão que Cardoso lança mão da ideia, formulada por Bolívar Lamounier (1997), sobre a existência, no Brasil, de uma “ideologia de Estado”, articuladora da relação entre seus ocupantes do Estado e aqueles que o rodeavam². Na reflexão de Cardoso, essa categoria é combinada com o conceito gramsciano de hegemonia, mobilizado em seu sentido metodológico. Vejamos:

[...] é fácil entender que, da perspectiva sugerida nas páginas anteriores, o exercício da *hegemonia* por alguns setores das classes dominantes depende da capacidade que eles possuam para, ao manter as normas de exclusão política (e, portanto, ao exercer em algum grau uma ação coatora), assegurar, ao mesmo tempo, uma redistribuição objetiva das demandas econômicas e sociais das classes no poder e, desigual e assimetricamente, atender às demandas das classes dominadas, bem como fornecer a bateria de retribuições simbólicas que permitam transformar em valores de quase todos as normas que moldam um estilo de participação e organização política que, de fato, garantem especialmente o atendimento dos interesses dos setores dirigentes e das classes dominantes (CARDOSO, 1975 [1974], p. 194, grifo nosso).

Ecoando a linha de interpretação empregada na análise do momento pré-1964, o autor destaca que ela teria o mérito de evitar uma “interpretação liberal do pensamento gramsciano, que reduz a noção de hegemonia à de consenso e transforma o problema político fundamental na discussão da legitimidade” (*idem*, p. 194). Essa perspectiva seria metodologicamente infrutífera pois incapaz de compreender como o movimento golpista de 1964 criou uma “nova situação de hegemonia”. Como observa Alvaro Bianchi (2007,

² Lamounier argumenta que a “ideologia de Estado” é uma ideologia que se contrapõe ao que chama de “mercado político”. Comporiam esta ideia: a) predomínio do princípio estatal sobre o princípio do mercado; b) uma “visão orgânico-corporativa” da sociedade; c) o objetivismo tecnocrático; d) uma visão autoritária do conflito social; e) a não organização da sociedade-civil; f) a não-mobilização política; g) o elitismo e o voluntarismo como ideias norteadoras do processo de fazer política; h) a ideia de um “Leviatã benevolente”.

p. 8), essa era a interpretação que Oliveiros Ferreira, intelectual uspiano intérprete do pensamento de Gramsci, fazia do conceito de hegemonia na obra de Gramsci. A crítica à essa interpretação do pensamento de Gramsci prossegue:

Não obstante, quando se aceita, como eu faço, que a hegemonia do bloco de poder se exerce, de forma imediata sobre as classes dominantes (o que implica na distinção entre classe dominante e fração dirigente) e que a ordem simbólica é criada *pelo próprio exercício da hegemonia* [...]. Considero-o “legítimo” ou não, segundo a capacidade que tenha demonstrado e venha a demonstrar para definir e manter regras de exclusão social e política capazes de garantir retribuições (materiais e simbólicas) para as classes dominantes e de gerar, pela força normativa da matriz estatal e instituições conexas [...] um conjunto de valores, crenças e práticas que reproduzam a ordem vigente (*idem*, p. 195, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, o autor visava criticar aqueles setores que entendiam que o regime instalado, por ser uma ditadura, era ilegítimo e, portanto, instável. Retomando a argumentação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso argumentava que o Estado seria uma arena inerentemente contraditória, composta por diversos grupos com interesses particulares em um plano no qual se aspira a generalização destes. Distanciando-se dos liberais e da esquerda mais radical, o autor afirmava uma postura metodológica segundo a qual uma análise materialista “consiste [...] em explicitar a forma estatal, a organização estatal, a ideologia do Estado, as políticas por ele engendradas. Ao fazê-lo, explicitam-se os que mandam, os que são beneficiados, os que são excluídos e os que participam.” (*idem*, p. 196).

A nova forma assumida pelo Estado brasileiro teria se consolidado na sucessão de Castello Branco.

O resultado foi que o Príncipe se substantivou no seu predicado, no Estado, e este ficou sem sujeito aparente [...]. Uma máquina que passou a crescer e a ser auto-gerida, baseada na força da aliança entre o monopólio estatal e as multinacionais; no integralismo elitista que tem horror à ideia de representação e de soberania popular e na ética da guerra revolucionária, moribunda no mundo ocidental, mas condicionadora de comportamentos no Brasil. [...]. Não viram os analistas *que o Príncipe moderno, no caso brasileiro, não é o Partido, como na aspiração gramsciana, mas é o próprio Estado*, com todas as implicações teóricas e práticas que esta situação coloca (*idem*, p. 200, grifo nosso).

De fato, para Gramsci, o príncipe moderno corresponderia ao partido político, ao qual caberia encarnar a vontade coletiva transformadora universal, uma vez que em estreita conexão com a necessidade histórica e as lutas políticas. Por isso, seria decisiva a ancoragem do moderno príncipe ao que designava como jacobinismo, uma força capaz de criar e organizar uma vontade coletiva nacional-popular e, assim, fundar um novo Estado (cf. MEDICI, 2017, p. 444). Desse prisma, é difícil que haja algum paralelismo

entre a ideia de Gramsci a respeito do moderno Príncipe e a caracterização de Cardoso do Estado-príncipe. Torna-se questionável a aproximação entre as duas ideias, uma vez que é difícil imaginar que “vontade coletiva” aludida por Gramsci teria alguma relação com o Estado do período ditatorial. Tentemos entender a formulação de Cardoso a respeito do “Estado-príncipe”.

Autonomizado em relação à sociedade, esse Estado teria formado aquilo que Cardoso – emulando vocabulário de Oliveiros Ferreira (1964), mas atribuindo outro conteúdo ao conceito - designou como “Sistema”, um conjunto impessoal das forças repressivas do regime constituído por membros da “linha dura” militar, setores estatistas e agentes da repressão responsáveis por articular o Ato Institucional nº5. Em paralelo à continuidade do “Sistema”, o governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) procurou ancorar a legitimidade política do regime na esfera econômica, razão pela qual foram fortalecidos os tecnocratas do regime. Assim, teria havido a autonomização de funcionários de segunda linha e de limitada responsabilidade política.

Em consonância com esse processo de burocratização, o regime teria sido também um “regime de empresa” notabilizado por uma complexa rede de relações entre as diversas classes da sociedade civil, políticos e técnicos estatais. É essa rede que o autor designa como “anéis burocráticos”. Esse processo político teria ocorrido sob a égide da já mencionada “ideologia de Estado”, que suporia uma “desarticulação ideológica da massa” (*idem*, p. 214). Para conseguir estabelecer sua hegemonia, o Estado buscaria atender parte das demandas do setor mais baixo da sociedade, pelo menos a ponto de evitar uma articulação deste contra sua direção. O seu desafio principal, entretanto, seria a manutenção de sua “*capacidade hegemônica*”, entendida por Cardoso como capacidade de atender “os interesses dos componentes dominantes do Pacto de Poder”, de modo a conseguir a manutenção deste (*cf. idem*, p. 216).

É curioso que Cardoso não utilize o conceito de Estado ampliado para analisar o período. Isso porque, como nota Guido Liguori (2007, p. 13), trata-se de uma categoria que, ao mesmo tempo em que busca destacar o nexos dialético entre Estado e sociedade civil, acentua a hegemonia do Estado. Além de um eventual desconhecimento teórico, pode-se aventar como hipótese explicativa a ideia de que a análise Cardoso a respeito do Estado autoritário se contraporía à tese gramsciana, uma vez que o Estado não estava articulado à sociedade. Se for assim, o argumento do “Estado-príncipe” fica ainda mais comprometido.

Desse ângulo, o “uso” (cf. PORTANTIERO, 1978) que Cardoso faz de Gramsci guarda diferenças significativas em relação aos feitos por Luiz Werneck Vianna (1999) e Carlos Nelson Coutinho (2011), ambos considerados os dois primeiros autores a utilizarem, de modo sistemático, o pensamento de Gramsci para “interpretar o Brasil” (cf. BIANCHI, 2016). Em primeiro lugar, porque Cardoso não se apegava à construção teórica gramsciana para construir suas interpretações, em contraste com Vianna e Coutinho, que utilizaram entre outros, o conceito de revolução passiva para interpretar o processo de modernização da sociedade brasileira. De fundo, essa diferença revela que Cardoso não aproximava a formação e a modernização da sociedade brasileira aos processos ocorridos na Itália.

Em parte, tal diferença ressoa no lugar que o “atraso” tem na explicação desses autores. Enquanto Vianna e Coutinho acentuaram seu papel na modernização brasileira, Cardoso entendia que o regime militar “pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica” (CARDOSO, 1993, p. 98), razão pela qual se poderia pensar que estávamos diante de uma “revolução econômica burguesa” como resultado do “movimento politicamente reacionário de 1964” (*idem, ibidem*). Dessa perspectiva, a construção do “Estado-príncipe” durante o regime militar teria sido a *forma política* desse processo, ao mesmo tempo, revolucionário e reacionário. Embora com conceitos distintos, esse argumento de Cardoso a respeito do “Estado-príncipe” pode ser aproximado daquele sustentado por Carlos Nelson Coutinho, para quem a manifestação da “via prussiana” teria como resultado o fortalecimento da “sociedade política” (cf. COUTINHO, 2011, p. 47).

Há também diferenças significativas no que se refere às relações entre ideias e realidade local a partir da modernização brasileira. Coutinho acreditava que a modernização brasileira, ao criar uma sociedade local análoga à “sociedade capitalista em geral”, faz com que as ideias e formas sociais típicas dos países capitalistas centrais se tornem “mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar”, configurando um processo no qual as ideias, progressivamente, vão “entrando no lugar”. (COUTINHO, 2011, p. 44) Por sua vez, ao enfatizar a relação dependente do Brasil, ainda que este conte com possibilidade de desenvolvimento, Cardoso não acredita na reprodução das formas sociais originadas dos países centrais. Vejamos como isso aparece em suas reflexões a respeito dos partidos políticos brasileiros e da democracia no curso do processo de redemocratização.

O segundo momento da presença de Gramsci no pensamento de Fernando Henrique Cardoso: a questão dos partidos políticos brasileiros e o problema da democracia (1975-1983)

Podemos adotar o ano de 1974 como marco de entrada de Fernando Henrique Cardoso para o mundo político, em razão de sua aproximação com o então líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ulysses Guimarães (cf. CARDOSO, 2009, p. 35). A partir de então, Cardoso ingressou nas hostes emedebistas, das quais teria chegado se tornar o “intelectual orgânico” (cf. BENEVIDES, 1986). Se essa afirmação pode soar controversa para alguns, é razoável destacar que Cardoso aspirou a sê-lo. Sintoma disso são suas reflexões públicas a respeito do futuro dos partidos políticos brasileiros, em especial do MDB, no período da redemocratização³. Foi no curso dessas elaborações que se instalou a discórdia entre o autor e vários de seus colegas, muitos dos quais leitores de Gramsci (cf. SECCO, 2002) e simpáticos ao projeto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Não é à toa, portanto, que em suas polêmicas sobre a construção dos partidos de esquerda naquele período Cardoso faça referências a Gramsci.

Suas elaborações sobre a questão partidária brasileira guardavam nexos com a perspectiva dependentista por ele próprio elaborada. Seguindo as pistas elaboradas desde o Seminário d'O Capital, ela sustentava que ideias e processos sociais do mundo contemporâneo, a partir da expansão capitalista, se espriam pela sua zona de influência; porém, em razão das distintas realidades locais, essas mesmas ideias e processos sociais teriam funcionamentos diferentes em cada uma delas. Nos termos do autor, no “nível mais abstrato a discussão já foi colocada pela teoria da dependência: *as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá. Mas, são aves e também gorjeiam*” (CARDOSO, 1983, p. 98, grifo nosso). Desse prisma, Cardoso empreende uma reavaliação dos partidos políticos brasileiros para assinalar que não é por diferirem do modelo de partido baseado em “uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado”, na acepção de Umberto Cerroni (cf. CERRONI *apud* CARDOSO, 1983, p. 100), que eles teriam sido, e seriam inevitavelmente, completamente inautênticos.

Com este argumento, reduzo, naturalmente, a abrangência da definição clássica (marxista e leninista) do Partido: ele não é sempre a expressão de um interesse de classe somado a uma ideia transformadora, uma concepção de mundo. Mas não quero eliminar a temática, também de Cerroni – ou de Gramsci – de que, de qualquer forma, o Partido é o lugar da *mediação* entre

³ Muitas dessas intervenções estão reunidas no acervo digital do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC).

ideia e interesse, nó górdio de toda política. Apenas, quero dizer que esta mediação assume formas historicamente muito variáveis, das quais a noção de partido como “embrião de uma estrutura estatal”, e portanto revolucionário, porque em choque com a estrutura estatal prevalecente, é o resultado de uma situação histórica específica e não a matriz de toda definição *essencial* de partido (CARDOSO, 1983, p. 100, grifos do autor).

O trecho é bastante revelador nas implicações para a noção marxista clássica de partido *revolucionário*. Por um lado, Cardoso estabelece uma nítida polêmica com as concepções de partido clássicas no marxismo, uma vez que o vínculo entre interesses de classes e revolução seria *historicamente situado*. Para sustentar sua argumentação, recorre ao jurista marxista italiano Umberto Cerroni e a Gramsci, que teriam identificado o elemento central da própria ideia de partido. Trata-se de uma posição que se interpreta como marxista e superior, pois historicamente informada, em polêmica com o próprio marxismo. Essa posição seria ainda mais verdadeira em país periférico, com uma estrutura social heterogênea.

Aquele era um momento crítico, no qual marxistas se envolviam no debate a respeito das formas políticas adequadas para o tempo que se abria com a crise da União Soviética. O caso mais conhecido foi o movimento que levou à extinção do Partido Comunista Italiano (PCI) em 1991 – do qual, aliás, o próprio Cerroni participou – e à criação do Partido Democrata de Esquerda (PDS), depois transformado em Democratas de Esquerda (DE). No Brasil, movimento similar levaria à extinção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1992, seguido da fundação do Partido Popular Socialista (PPS). Na Itália, como Brasil, o debate da esquerda envolvia questões como: qual democracia? Como organizá-la? Quem o faria?

Procurando fundar historicamente sua teorização política, Cardoso dialogava com o que entendia ser as principais características econômicas, sociais, políticas e culturais da forma oligopólica do capitalismo. A situação da moderna sociedade brasileira, industrializada durante século XX, fez com que fossem alterados os conflitos sociais básicos e as suas formas de manifestação.

Se a nova sociedade industrial interpenetra Estado e sociedade, a verdadeira questão dos partidos e de sua representatividade não está na polarização entre “sociedade dos produtores” e a sociedade dos administradores e dos coautores. Ela está na capacidade (ou não) de os partidos lançarem pontes (movediças) para um e para outro lado da antinomia, como os famosos ‘forward and backward languages’, do desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1983, p. 103, grifo nosso).

Por isso o autor defende que os partidos políticos contemporâneos são “contraditórios neles próprios” (CARDOSO, 1983, p. 103) pois precisam fazer a conexão

entre os polos Estado e Sociedade. Porém, esse papel estaria “bloqueado” pelo surgimento de ideologias antiestatais, mais afeitas aos movimentos sociais.

Para compreender sua interpretação a esse respeito, é preciso ter em mente o diálogo crítico estabelecido por Cardoso com as teses mais consagradas sobre a dinâmica política do país. Entre elas, se destacam a que afirma a fragilidade e incompreensão da política nacional (conservadora) e que idealiza a reprodução dos sistemas partidários dos países centrais em nosso contexto (liberal). Outra tese debatida é que indica que qualquer institucionalidade seria uma armadilha cooptadora dos interesses dos setores populares (esquerda). Em contraposição a elas, o autor defenderá que a institucionalidade é importante para a consolidação da democracia no país, embora ela não se desse segundo os sistemas políticos mais tradicionais do Ocidente (cf. CARDOSO, 1983b).

Em oposição à tese conservadora a respeito da artificialidade inerente aos partidos políticos brasileiro, Cardoso indica que MDB e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) eram expressões de uma vontade do eleitorado, embora “distorcida pela apatia, pela falta de informação e pela violência” (CARDOSO, 1983, p. 101). Em outro plano, os próprios políticos eram constrangidos a optarem por um dos partidos, que, por seu turno, eram controlados também por congressistas. O que Cardoso pretende sustentar, com vocabulário gramsciano:

Havia sim, se não uma “concepção de mundo”, uma oposição concreta de ideais quanto à forma de governar: democracia *versus* autoritarismo; e os interesses pululavam por trás dessa dicotomia, sem necessariamente alinharem-se de modo biunívoco. Mas não havia correspondência *articulada* entre sociedade e o Estado, no qual – se considerarmos o Poder Legislativo como parte, e parte fraca – deitavam raiz Arena e MDB (CARDOSO, 1983, p.101, grifo do autor).

A referida falta de articulação foi gestada durante os anos do autoritarismo, período no qual, como vimos, criou-se o “Estado-príncipe”. Esse o motivo pelo qual na “linguagem política brasileira, foi-se designando como *sociedade civil* tudo o que era fragmento de articulação e que escapava do controle imediato da ordem autoritária” (CARDOSO, 1983, p. 101, grifo do autor). A consequência dessa situação é que os partidos políticos vieram à tona pela legislação estatal, mas com ideais antiestatais. Sobre esta temática, Cardoso observa especificamente que este desenvolvimento histórico é o “oposto do que Gramsci descrevia com relação à Itália: voltava-se à concepção latina de sociedade civil” (CARDOSO, 1983, p. 102). O que está em jogo nessa inversão da relação entre Estado e sociedade é, justamente, a identificação da forma partidária mais adequada para dar conta dela.

Esse tema é especialmente caro a Cardoso. Em texto de 1978, Cardoso identificava dois “paradigmas” que presidiram as formações dos partidos brasileiros no período. O primeiro sustentaria que no Brasil existiria uma distinção radical, criada ao longo do processo do desenvolvimento capitalista brasileiro, entre elite e massa. A partir dela, o Estado seria identificado com a elite e, portanto, seria indiferente – ou mesmo hostil – ao destino da sociedade civil. “Por consequência, os caminhos da transformação social em favor dos assalariados e dos pobres dependerá da ação e da organização da ‘sociedade civil’ a partir dela própria, sem conexões com o Estado e com a sociedade política” (CARDOSO, 1978, p. 9). Embora não aberta, pode-se deduzir que se trata de uma referência ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido em cujo documento de fundação lê-se que o “PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida *diretamente pelas massas*” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, grifo nosso).

Oposto ao primeiro, o segundo paradigma seria baseado na ideia de que seria necessário distinguir, dentre a massa, os interesses mais avançados, os do proletariado, os quais se contraporiam aos interesses mais avançados do “grande capital”. A primazia política deveria caber à luta entre as duas classes essenciais, razão pela qual o partido progressista deveria se articular em torno do proletariado. Os demais partidos seriam diferentes do “Partido dos trabalhadores, posto que este e só ele é portador da verdade histórica dos oprimidos” (CARDOSO, 1978, p. 10). Nessa modalidade de partido, identificado com a tradição marxista-revolucionária, existiria a ideia de uma relação estrita e estreita, mediada pelo partido, entre base e cúpula. Sua intervenção se daria à margem da sociedade e do sistema político institucional. Essa concepção seria inadequada tanto em razão da forma histórica em que se encontram as relações capitalistas oligopólicas, como também pela situação dependente do país, que contaria com uma burguesia local débil, uma estrutura social heterogênea e um Estado com poderes crescentes.

Ambas modalidades de partidos conteriam um “retrocesso liberal” na análise das relações entre Estado e sociedade civil, uma vez que identificam a “sociedade civil” com os setores oprimidos, esquecendo-se de que fazem parte dela as camadas burguesas, como também não atinariam para o fato de que apenas no modelo liberal é possível a articulação de classes sem o Estado (cf. CARDOSO, 1978, p. 10). Ora, esse equívoco seria partilhado também por uma vertente à parte, “neoortodoxa, do marxismo liberalizado pela leitura apressada de Gramsci” (cf. CARDOSO, 1982, p. 3). Pensamos que se trata de uma referência polêmica à “corrente renovadora” do PCB, composta por intelectuais como

Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira, entre outros (cf. TAFFARELLO, 2009). Simpática ao eurocomunismo, essa corrente defendia a radicalização do processo democrático como estratégia para o alcance de uma democracia socialista.

Os três grupos não teriam percebido – e esse é um argumento decisivo para a teorização de Cardoso - de que os “*os assalariados se homogeneízam a partir dos efeitos da exploração e em função direta da relação social de produção*” (CARDOSO, 1978, p. 13, grifo nosso). As classes continuariam a existir, embora com outras formas históricas – razão pela qual os partidos políticos também deveriam mudar suas *formas*, mas sem abandonar o jogo institucional, situação que equivaleria a um “verdadeiro harakiri político” (CARDOSO, 1978 p. 12). Esse é o aspecto chave: nenhum dos dois primeiros paradigmas teria uma visão sistemática sobre a *democracia e seu papel progressista*. Mesmo no caso dos “partidos reformistas” – referência aos gramscianos pecebistas do período -, mais alinhados à democracia institucional, seria preciso levar adiante a ideia de que não se reproduziria o modelo de partido socialdemocrata europeu em razão da diferente formação social brasileira, como da inexistência de uma burguesia pactuadora e da existência de setores muito pobres (cf. CARDOSO, 1978, p. 15-16).

Neste debate acalorado sobre a transição política, são sugestivas as referências que Cardoso faz a Gramsci. Por um lado, utiliza o marxista sardo para criticar os partidos de corte revolucionário, pois eles não colocariam em questão “as indagações de Gramsci sobre as diferenças que a Democracia Parlamentar introduzira na reação obreira europeia ocidental quando comparada com a reação popular frente ao despotismo absolutista do tzarismo (e do Oriente em geral) (cf. CARDOSO, 1978, p. 15). Ou seja, não se dariam conta da distinção estabelecida por Gramsci no que se refere à relação entre Estado e Sociedade no Ocidente e Oriente. Por outro lado, Gramsci também é mobilizado para criticar os defensores do que chamou de “reformismo”. No caso destes, vale citar, se aceitaria

[...] o que Gramsci questionava e procurava reincorporar à prática dos partidos de trabalhadores, mas noutra perspectiva: que a forma “burguesa” da democracia era um valor em si para os trabalhadores da Europa Ocidental. Sem introduzir ressalvas, os reformistas locais acreditam que suposta a existência de um forte movimento operário estão abertos os caminhos para a co-gestão e a conciliação. A burguesia proporá a “aliança de classes” e os partidos socialistas aceitarão o abraço da morte que selará o fim das ambições de poder autônomo. Só que, no Brasil, nem existe a generalização de um sentimento democrático no seio do povo, nem há um forte movimento sindical e operário, nem a burguesia quer aliança alguma e se quisesse não teria autonomia frente ao Estado e às empresas multinacionais para selar um pacto com os trabalhadores que assegurasse a estes a condição de eventuais dirigentes do

Estado, ainda que limitados por sua condição de classe subalterna. Tudo isso sem considerar a mesma e crucial questão da heterogeneidade de interesses das classes populares que também obstaculiza a "transição pacífica" ao poder compartilhado (*idem*, p. 15-16).

Aqui, Cardoso volta a polemizar com os eurocomunistas do PCB, muitos dos quais fundadores do PPS, partido cujo programa “defend[ia] que a propriedade dos meios de produção e de comunicação deve ser social, com propostas autogestivas, cogestivas e cooperativistas, contrapondo-se aos modelos neoliberais” (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 1992). Embora o seu autor tenha aderido ao PT no final dos anos 1980, o ensaio que melhor caracteriza o pensamento político dessa corrente é “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho (cf. COUTINHO, 1979). Nesse texto, Coutinho critica a concepção democrática de Cardoso em razão de sua base pluralista, de matriz liberal – e, portanto, antagônica à ideia de hegemonia. É esse pluralismo, já anunciado em sua crítica aos eurocomunistas, que está na raiz da proposta política de Cardoso.

No Brasil atual, talvez se tenha a chance de combinar a massa não organizada com a nucleação dos setores assalariados mais avançados, constituindo-se partidos que sejam confederações capazes de incluir os polos de atuação política e as organizações da base da sociedade civil, numa única frente de luta oposicionista sem sufocá-las no burocratismo partidário. Fácil não será, nem será um caminho já trilhado e apoiado em textos clássicos. Mas tampouco a sociedade brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista dependente-associado são semelhantes às sociedades e ao processo histórico pelos quais passaram as sociedades clássicas de classe (CARDOSO, 1978, p. 17, grifo nosso).

Nessa referência, ao mesmo tempo que procura se aproximar do historicismo de Gramsci, Cardoso se afasta da sua concepção ao deixar de lado qualquer ideia semelhante ao “jacobinismo”, tanto nas suas feições formais como de conteúdo (GRAMSCI, 2002, CC19, § 24), que ocupa lugar central na formulação de Gramsci sobre os deveres do Partido-Príncipe. Cardoso preferia privilegiar a combinação do modelo do partido que propõe aos moldes da democracia contemporânea. Ciente dessa diferença, afirmava:

Deixo, portanto, à margem a polêmica (necessária) sobre os alcances e os limites do paradigma gramsciano para a análise da política brasileira. Gramsci em sua polêmica contra o economicismo (e contra a leitura objetivista do primado da estrutura), reintroduziu o primado do Partido, assim como em sua luta contra a *ditadura* reintroduziu o momento da *ideia*, na temática da hegemonia. Neste aspecto inovou e legou uma herança viva; mas não nos serve de muleta para a descrição da situação histórica com que nos defrontamos (CARDOSO, 1983, p. 102).

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se indicar as principais formas pelas quais o aparato conceitual gramsciano foi utilizado por Fernando Henrique Cardoso em suas elaborações tanto a respeito das razões do golpe de 1964 e do Estado surgido a partir dele, como sobre os partidos políticos no período da redemocratização. A análise corrobora a interpretação de que Cardoso foi um leitor atento de Gramsci (cf. BIANCHI, 2007), formulador de categorias e problemáticas importantes para a elaboração dos diagnósticos políticos do pensador brasileiro naquele período. No que se refere às contribuições avançadas no texto em relação às pistas lançadas por Bianchi (2007), destaca-se a articulação entre os usos que Cardoso fez do pensamento de Gramsci e a sua interpretação sobre a dinâmica histórica e política brasileira dos anos 1960 e 1970, bem como a sua relevância para o embate político travado por ele com as alternativas políticas da esquerda brasileira no curso da redemocratização do país, com destaque para suas críticas aos fundamentos que embasaram a criação do PT.

Apesar disso, não se pretende afirmar que Cardoso foi um “gramsciano”. Certamente, sua contribuição para a difusão do pensamento de Gramsci no país não se compara àquela dos eurocomunistas pecebistas dos anos 1970, entre os quais se sobressai a figura de Carlos Nelson Coutinho. Por precedê-los, entretanto, chama a atenção a relativa familiaridade que o então sociólogo da USP tinha com categorias pouco utilizadas na sociologia e na ciência política praticadas no período.

No que se refere ao debate político dos anos 1970 a respeito dos caminhos a serem tomados pelos partidos políticos da esquerda brasileira, é notável a disposição de Cardoso na utilização de Gramsci para a afirmação de seus pontos de vista. Apesar de suas críticas às concepções políticas dos intelectuais de matriz eurocomunista, é perceptível que o caminho então proposto por Cardoso era mais próximo de suas concepções do que das demais alternativas. Sem querer forçar a mão, de alguma forma essa aproximação pode ser verificada pela trajetória política do autor e do partido originado pela extinção do PCB em 1992.

Para terminar, cumpre observar que Gramsci é, ainda hoje, uma referência constantemente evocada por Cardoso para pensar a política em termos teóricos (cf. CARDOSO, 2006), ainda que sempre ressalve, ou ressignifique, aspectos do pensamento do marxista italiano. Para estudiosos de Gramsci, essa é uma postura que incomoda, seja pela sua vinculação a outras leituras (cf. NOGUEIRA, 1997), seja pelos seus

“reduccionismos manipuladores” (SIMIONATTO, 2019). Muito provavelmente, Nogueira e Simionatto têm razão em suas críticas, embora seja preciso observar que Cardoso não pretende fidelidade a Gramsci, uma vez que entende que alguns pressupostos teóricos do marxista sardo não possuem mais validade.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victória. “Ai que saudade do MDB!”. *Lua Nova*, v. 3, n. 1, p. 27-34, jun de 1986.
- BIANCHI, Alvaro. Apresentação – Dossiê “Gramsci e a Política”. *Sociologia e Política*, .29, pp.7-13. nov. 2007.
- BIANCHI, Alvaro. “O Brasil dos gramscianos”. *Crítica Marxista*. n.43, p. 117-132, 2016.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Hegemonia burguesa e a independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, DIFEL, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “A questão do Estado no Brasil”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978a [1969].
- CARDOSO, Fernando Henrique. “A questão dos partidos”. *Contexto*, nº5, p.1-20, março de 1978b.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Partido dos Trabalhadores”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 1979. Tendências/Debates.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “As ideias e seu lugar – ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento”. *Cadernos CEBRAP*, nº33. Petrópolis, Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Nicos Poulantzas e os partidos do Brasil”. *Novos Estudos*, v.1, n.2, pp. 3-6, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Partidos, Hoje”. In: KONDER, Leandro; CERQUEIRO FILHO, Gisário e FIGUEIREDO, Eurico de Lima (orgs). *Por que Marx?* Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Partidos impuros”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 dez. 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. São Paulo: Siciliano, 1993 [1971].
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O presidente segundo sociólogo – entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Prefácio” à 5ª edição. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1962].

- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política – a história que vivi*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Entrevista”. In: MONTERO, Paula e MOURA, Flávio (orgs). *Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1973 [1969].
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>
- COUTINHO, Carlos Nelson. “O conceito de política nos Cadernos do cárcere”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, André de Paula (orgs). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “O Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil – Volume 3*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Cultura e sociedade no Brasil”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de Revolução Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- FERREIRA, Oliveiros. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo soc.* [online]. 2004, v.16, n.1. pp.285-30, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuaderno de la cárcel – Tomo 5* (Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana). Puebla: BUAP (Benenérta Universidad Autónoma de Puebla), 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – volume 5* (O Risorgimento. Notas sobre a Itália.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LAFER, Celso. “FHC: o intelectual como político”. *Novos Estudos*, n.83, pp.39-63., 2009.
- LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, pp.53-9, 2001.
- LAHUERTA, Milton. “Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai e VILLAS BOAS, Gláucia (org). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira – tomo III – O Brasil republicano*. Volume 9. São Paulo: Bertrand Brasi, 1997.
- LA PORTA, Lelio. “Moderno Príncipe”. In: LIGUORI, Guido; VOZA; Pasquale (orgs). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego. *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LOWY, Michael. “Notas sobre a recepção crítica ao althusserianismo no Brasil (anos 1960 e 1970)”. In: BASTOS, Élide; RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- MEDICI, Rita. “Jacobinismo”. In: LIGUORI, Guido; VOZA; Pasquale (orgs). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “O Gramsci do Presidente”. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=291> (visita em 29/10/2015). Original de 1997.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/> (Acesso em 1. Setembro de 2019).
- PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. Manifesto de fundação do PPS. 1992. Disponível em: <http://cidadania23.org.br/o-partido/manifesto-de-fundacao/4/> (Acesso em 1 de set. 2019)
- PORTANTIERO, Juan Carlos. “Los usos de Gramsci”. In. PORTANTIERO, Juan Carlos (org). *Antonio Gramsci – escritos políticos (1917-1933)*. México. D.F: Cuadernos de Pasado y Presente, 1978.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. “O marxismo latino-americano”. In: HOBBSAWN, Eric (org). *História do marxismo* (volume 11). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RICUPERO, Bernardo. “Da estrutura à agência: momentos da interpretação de Guillermo O’Donnell sobre o autoritarismo latino-americano”. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n. 2, 2014.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROMÃO, Wagner. *Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. *Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil – recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SIMIONATTO, Ivete. “Recepção e difusão das ideias de Gramsci no Brasil: tendências e perspectivas”. In: BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela; ARECO, Sabrina (orgs). *Antonio Gramsci: filologia e política*. Porto Alegre: Zouk, 2019
- TAFFARELLO, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Recebido em 10 de outubro de 2019

Aprovado em 18 de novembro de 2019

Editado em 15 de dezembro de 2019